



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

ESCOLA SERIADA EM CICLOS: Desafios e possibilidades

Aline de Azevedo Oliveira Freire

Professor-orientador Dr. Erisevelton Silva Lima

Professora tutora-orientadora Mestre Silêda Maria de Holanda Almeida

Brasília (DF), Julho de 2014.

Aline de Azevedo Oliveira Freire

ESCOLA SERIADA EM CICLOS: Desafios e possibilidades

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, como exigência obrigatória para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação do Professor-orientador Dr. Erisevelton Silva Lima e da Professora tutora-orientadora Mestre Silêda Maria de Holanda Almeida.

TERMO DE APROVAÇÃO

Aline de Azevedo Oliveira Freire

ESCOLA SERIADA EM CICLOS: Desafios e possibilidades

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dr. Erisevelton Silva Lima
FE/UFSC

(Professor-orientador)

Mestre Silêda Maria de Holanda Almeida
UnB/SEEDF

(Tutora-orientadora)

Profa. Mestre Abigail do Carmo Levino de Oliveira
SEEDF/UnB
(Examinadora externa)

Brasília, 03 de julho de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos gestores e às professoras da Escola Classe do Cruzeiro, que me ajudaram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelas realizações em minha vida, sendo essa mais uma vitória em minha vida cheia de lutas, e a minha família que me apoiaram na realização deste trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa abordou sobre uma nova diretriz educativa, denominada de Ciclos de Aprendizagens, que foi adotada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal no ano de 2013. O objetivo geral foi abordar a implantação dos Ciclos de Aprendizagem na rede de ensino público do DF, e os específicos foram discutir as características do 2º Ciclo de aprendizagem que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, compreender os Ciclos enquanto reorganização curricular e apontar os seus aspectos didáticos, interativos e avaliativos. A análise de resultados se respaldou nas respostas de cinco professoras da Escola Classe do Cruzeiro, que atende alunos do 2º Ciclo, na faixa etária entre 6, 7 e 8 anos. O método de abordagem foi qualitativo e a coleta de dados foi realizada através de um questionário que buscou verificar a compreensão dessa nova pedagogia. As discussões sobre a implantação dos Ciclos na rede de ensino público do DF foi viabilizada pelos dados da Secretaria de Educação e teóricos como Villas Boas (2010), Fernandes (2003), Silva (2011), dentre outros. Concluiu-se que esta nova proposta pedagógica tem provocado no sistema de ensino do DF, uma nova organização curricular na escolas da Educação Básica, com o objetivo de oferecer um ensino com menor índice de reprovação e evasão escolar, associando a teoria com as práticas sociais. Porém, a forma de avaliar é ponto de discórdia, sendo que as professoras consideram um erro a progressão sem critério significativo, posto que a preocupação seja somente reduzir o índice de reprovação e enfrentar as barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais.

PALAVRAS – CHAVE: Ciclos. Séries Iniciais. Organização Curricular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 A organização escolar no contexto do Currículo em Movimento	11
1.2 A perspectiva de tempo e espaço	17
1.3 Processo avaliativo nos Ciclos de Aprendizagens	19
2. METODOLOGIA	21
2.1 Tipo de pesquisa	21
2.2 Sujeitos da pesquisa	22
2.3 Coleta de dados	22
2.4 Universo da pesquisa	22
3. ANÁLISE DOS DADOS	23
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE – A	34

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) implantou a organização escolar em Ciclos de Aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa nova proposta educativa se baseia numa perspectiva de Currículo em Movimento, que por sua vez, implica uma construção coletiva de ensino que deve envolver professores, gestores, equipes pedagógicas, estudantes, comunidade escolar e Coordenação Regional de Ensino.

Conforme a SEEDF trata-se de uma etapa de ensino com estratégias didático-pedagógicas capaz de orientar a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, dentro do espaço escolar contemporâneo, considerando toda complexidade da educação, suas possibilidades e diferenças.

Portanto, os Ciclos têm sido considerados como desafios a serem enfrentados, a partir da realidade existente nas escolas públicas, de modo a reorganizar tempo e espaço de aprendizagem. De acordo com as Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) os Ciclos Também implica em superar a fragmentação e desarticulação do conhecimento curricular como ocorre com a escolarização do estudante no sistema seriado.

Nesta organização escolar em ciclos, a ordenação do conhecimento se faz em espaços de tempo maiores e mais flexíveis, que favorecem o trabalho pedagógico diversificado e integrado, necessário em qualquer sistema de ensino democrático, que ao acolher indistintamente a comunidade, inclui estudantes de diferentes classes sociais, estilos e ritmos de aprendizagem. (SEEDF, 2012)

Os ciclos devem oferecer ao professor e à escola a possibilidade de promover as aprendizagens de todos os sujeitos, porém, a opção por essa forma de ordenação do ensino precisa vir acompanhada de mudanças quanto à organização da proposta curricular, à concepção de educação escolar obrigatória, fundamental e

democrática, de aprendizagem e do processo avaliativo. Para isso, o trabalho pedagógico deve ser organizado com todo o coletivo da instituição escolar, envolvendo professores, equipe gestora, pedagógica e administrativa, além dos debates envolvendo toda a comunidade, para que haja movimento dinâmico dos espaços e tempos na escola, com vistas às aprendizagens dos estudantes.

Justificativa:

Considerando a relevância e repercussão que este novo modelo pedagógico tem provocado no sistema de ensino do Distrito Federal, esta pesquisa se justifica pela dimensão desta nova organização escolar, que se fundamenta no currículo em movimento, e propõe como objetivo, enfrentar as fragilidades que as escolas vêm apresentando, e que passam pelas barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais.

Problema:

Quais instrumentos normativos e metodológicos fundamentam a proposta curricular dos Ciclos? Junto a essa problemática envolvendo esta nova organização pedagógica, também há que discutir outros aspectos que implicam na sua prática, como por exemplo, a forma de avaliar os alunos, a progressão continuada, a realização de projetos interventivos, a compreensão dos pais e professores frente ao novo sistema de ensino concernente aos Ciclos de Aprendizagens.

Hipótese:

Possivelmente, o tempo e espaço escolar venham adquirindo nova configuração, fazendo surgir muitas dúvidas em relação à implantação desse novo método curricular e pedagógico. Além disso, o modelo curricular dos Ciclos requer um processo de qualificação e preparação junto aos educadores, esclarecimentos

junto aos pais e os próprios estudantes, haja vista que as críticas em relação a implantação deste novo paradigma didático passa pela ausência de discussão desse projeto de ensino, no contexto dos segmentos educacionais do Distrito Federal, especialmente o Conselho de Educação do Distrito Federal, cuja lei nº 4.751/2012, implantou a Gestão Democrática na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Objetivos:**Geral:**

- ✓ Abordar a implantação dos Ciclos de Aprendizagens na rede de ensino público do Distrito Federal.

Específicos:

- ✓ Discutir as características do 2º Ciclo de aprendizagens que corresponde aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- ✓ Compreender os Ciclos enquanto reorganização curricular;
- ✓ Apontar os aspectos didáticos, interativos e avaliativos dos Ciclos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A organização escolar no contexto do Currículo em Movimento

Embora tenha sido implantado com muitas críticas, o Ciclo de Aprendizagem está sendo vivenciado pelas escolas públicas do Distrito Federal. Esse contexto curricular surge baseando-se na proposta do Currículo em Movimento, que corresponde a uma organização onde os tempos escolares não são rígidos, e devem ser pensados para atender as necessidades de aprendizagens contínuas de todos os estudantes.

Conforme Villas Boas (2010), a organização da escolaridade em Ciclos no Brasil, data do ano de 1960, e foi impulsionada pelos altos índices de reprovação e de repetência que eram (e ainda são) apresentados pelo sistema de ensino público, destacadamente na Educação Básica, e que são refletidos pela ausência de habilidade, por parte do aluno, em relação à leitura e à escrita.

Convém ressaltar que a experiência pioneira do currículo em Ciclos é a do Distrito Federal, no ano de 1963, seguida de São Paulo em 1968. Esse projeto de educação buscou desenvolver um processo de alfabetização sem descontinuidade, com o intuito de evitar o fracasso escolar que sempre representou uma preocupação para a educação pública no Brasil. (SEEDF, 2012)

Preocupada em obter sucesso com esse novo método de ensino, a Secretaria de Educação do Distrito Federal, nessa década de 60, investiu na formação de professores e criação de escolas, mas embora a SEDF tenha se empenhado em conseguir sucesso com esta proposta, os Ciclos não se sustentaram como alternativa pedagógica. Uma das justificativas era o fato do Distrito Federal ter sido criado na mesma década (60), e por esta razão, a educação ainda estava em processo de organização.

No ano de 1998, outra tentativa, e o governo do Distrito Federal retoma essa perspectiva curricular através da Escola Candanga, que novamente reorganiza o sistema de ensino em Ciclos. Embora configurada com algumas dúvidas, críticas e também apoio, essa metodologia não é valorizada e se esvaziou. No entanto, a partir do ano de 2011, a proposta ganha contornos de legitimidade, e a Secretaria de Educação inicia um processo de discussão envolvendo todos os profissionais da educação, no sentido de legitimar esse novo formato de aprendizagens. (SEEDF, 2012).

No ano de 2013 a SEDF efetivamente reimplanta esse sistema de Ciclos em 14 Coordenações Regionais de Ensino, de modo a estabelecer que no ano de 2013 todas as escolas públicas do Distrito Federal estejam adotando essa nova configuração de aprendizagem. Os Ciclos organizam o fluxo de estudantes ao longo de sua escolarização, como forma de abolir uma das realidades negativas do ensino, que corresponde à reprovação. “Basicamente o Ciclo pode ser descrito como forma de abranger períodos de escolarização que ultrapassam as séries anuais, organizados em blocos que variam de dois a cinco anos de duração” (BARRETO e MITRULIS, 1999, p.60).

Conforme Villas Boas (2010), a organização escolar em Ciclos, que se configura como tempos escolares, não são rígidas e definidas linearmente. Ou seja, os Ciclos devem ser pensados como alternativas para atender as demandas e necessidades de aprendizagens que não são mais seriadas e fragmentadas, ao contrário, trata-se de um formato de aprendizagem contínuo.

Essa continuidade se traduz em movimento (Currículo em Movimento) no contexto de cada Bloco, conforme o desempenho de suas atividades escolares e sua participação didática. Em outras palavras, embora os estudantes tenham uma referência de turma e professor, não precisam ficar restritos ao trabalho educativo em uma única turma ou ano de escolaridade. Ao contrário, o estudante pode movimentar-se de uma turma à outra e de um ano a outro, durante todo o período letivo, conforme indicação da sua avaliação.

Essa reestruturação escolar em Ciclos se fundamenta também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Nº 9394/96), mais precisamente no seu artigo 23, que destaca:

Artº 23 – A Educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Fica evidente que na perspectiva da legalidade esse novo modelo de aprendizagem está respaldado, embora a perspectiva metodológica e avaliativa tenha recebido inúmeras críticas. Outro aspecto a considerar, em relação à defesa desta metodologia de ensino é a redução do índice de reprovação escolar, posto que o Censo Escolar de 2011 constatou que o Distrito Federal tem a 2ª maior taxa de reprovação do Brasil, sendo que 20% desse universo de reprovados corresponde ao Ensino Médio. (SEEDF, 2012)

Além desse dado, observa-se apontou-se uma queda considerável da qualidade da educação do Distrito Federal, a ponto de registrar o DF como a segunda maior taxa de reprovação do Brasil, e o panorama indica que este quadro continua decrescente.

A Secretaria de Educação tem defendido os Ciclos, por conta da sua característica progressiva, cuja base é também a LDB Nº 9394/96, com a previsão da progressão continuada:

[...] A maneira de organizar e concluir a escola de modo que cada estudante desenvolva em seu trabalho escolar o que lhe é adequado. Essa organização baseia-se na ideia de que sua aprendizagem é contínua, posto que ele não pode repetir o que já sabe, e não deve prosseguir os estudos tendo lacunas em suas aprendizagens. (VILLAS BOAS, 2010, p. 57).

Para os educadores que defendem a proposta dos Ciclos, a questão das fragilidades deste método pode ser comparada às mesmas dos grupos sociais aos quais os estudantes pertencem. Ou seja, o Currículo em Movimento enfrenta as

fragilidades que as escolas vêm tentando superar, buscando romper as barreiras sociais, econômicas e culturais que segregam as instituições de ensino e, concorrentemente, atrapalham as possibilidades de aprendizagem dos estudantes, haja vista que as escolas que apresentam o maior índice de reprovação são aquelas que também demonstram um perfil de pobreza considerável.

No que diz respeito aos aspectos favorecedores para Educação Básica, o Currículo em Movimento pretende oferecer novas estratégias pedagógicas para a aprendizagem, e um conteúdo significativo no contexto do ensino público. Enquanto modelo inovador, os Ciclos substituem o sistema de seriação convencional e se divide em:

- Primeiro Ciclo – Educação Infantil – 0 a 3 anos (creche) a 4 e 5 anos.
- Segundo Ciclo – Ensino Fundamental I: - Bloco I - Bloco de Iniciação da Alfabetização – BIA – 6, 7 e 8 anos.
- Bloco II – 4º e 5º anos.
- Terceiro Ciclo – Ensino Fundamental II – 6º ao 9º ano.
- Quarto Ciclo – Ensino Médio – Semestralidade.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal em seu documento sobre as Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização (2012) afirma que o Ciclo de Aprendizagem é uma possibilidade de organização pedagógica que pode melhor atender às diferentes necessidades, no conjunto dos diferentes estudantes, haja vista que alguns necessitam de mais tempo, e de metodologias diversificadas para alcançar as aprendizagens propostas.

Sob o ponto de vista de direito social, essa nova proposta busca o desenvolvimento do educando sob vários aspectos. Nesse sentido, a adoção formal do Ciclo de Aprendizagem na Educação Infantil é um passo para alcançar toda a Educação Básica, na perspectiva de uma lógica democrática.

Conforme a SEEDF (2012) dentro do 1º Ciclo de Aprendizagem destaca-se a Educação Infantil, respeitando-se a diversidade e os ritmos próprios das crianças, de modo a garantir o:

- Desenvolvimento de uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente e confiante de suas capacidades.
- Estabelecer e ampliar as relações sociais, aprendendo a articular seus interesses e ponto de vista, interagindo com os demais sujeitos, respeitando e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

Convém destacar que a abordagem educativa do 1º e 2º Ciclo de Aprendizagem enfatiza o processo de transição que a criança atravessa, e que corresponde a Creche-Pré-Escola e Pré-Escola-Ensino-Fundamental, momento em que a perspectiva do Educar e Cuidar precisa ser trabalhado de maneira adequada.

Essas mudanças pelas quais a criança passa, inevitáveis e necessárias podem ter um caráter de ruptura ou não. Nesse sentido, compete à instituição de ensino, através de seus educadores, garantir um processo acolhedor, cuidadoso e pedagógico, com estratégias adequadas, que considere os mais diferentes momentos da criança. (FERNANDES, 2003).

Essa transição é destacada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como relevante para o progresso de aprendizagem da criança, e se respalda nos pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNs, 2011, p. 59):

Artº 11 – Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no momento adequado que corresponde à etapa do Ensino Fundamental.

Esse processo transitório de aprendizagem modifica as séries em Ciclos, cujo processo temporal é analisado desta forma:

- Uma Série – Uma unidade de tempo de um ano letivo;
- Um Ciclo de Aprendizagem – Uma unidade de tempo formada por dois anos letivos ou mais;
- Um Ciclo de formação – Uma unidade de tempo formada pelos anos de desenvolvimento da natureza humana – infância, pré-adolescência e adolescência.

No 2º Ciclo de Aprendizagem que corresponde ao Ensino Fundamental, as atividades educativas adquirem avanços à medida que se busca um desenvolvimento pedagógico mais pertinente, uma vez que a criança passa a ser avaliada de maneira mais contundente. Nesse sentido, os educadores começam a despertar nesse universo de sujeitos sociais, a capacidade de:

- Participar ativamente de práticas de letramento;
- Desenhar de forma livre e dirigida, com diversos materiais e suporte;
- Exercitar a leitura e a escrita espontânea.

Essa nova orientação curricular elegeu a abordagem das linguagens como prioritária para a formação do indivíduo, que começa na fase da infância. A justificativa é não fragmentar os conhecimentos e considerar a multidimensionalidade das crianças, privilegiando a capacidade da criança junto ao trabalho educativo a ser desenvolvido. (SEEDF, 2012).

Outro aspecto a considerar, ou melhor, a destacar em relação a essa nova organização curricular diz respeito à construção da autonomia da criança, que segundo Fernandes (2003) passa pela percepção de si mesma, e pelo uso dos conhecimentos pessoais que possam contribuir com a tomada de decisão.

Além disso, estimular a aprendizagem que colabore com o estabelecimento de vínculos interativos, a partir da imagem que o outro faz dela, utilização da imitação, do faz de conta, da oposição, da linguagem e da realização das mais diversas ações, conforme o planejamento das atividades pedagógicas.

A partir dessa discussão sobre o 1º, 2º e 3º Ciclo de Aprendizagens da Educação Básica do Distrito Federal, convém enfatizar que o foco desta pesquisa é o 2º Ciclo, que corresponde ao Ensino Fundamental I – 6, 7 e 8 anos.

Esse novo contexto pedagógico além de ser inovador, tem provocado muitas discussões, em vista de redimensionar a organização das atividades pedagógicas, o aspecto metodológico de ensino, a maneira de avaliar, e até mesmo as condições de trabalho dos professores, paralelo a capacidade de aprender por parte dos estudantes.

Sabe-se que a organização curricular segue os preceitos do paradigma do Currículo em Movimento, onde professor e aluno podem experimentar tempos e espaços diversificados de avaliação e aprendizagem. Sob o ponto de vista avaliativo, os Ciclos privilegiam a formativa, sendo que a avaliação diagnóstica e processual também faz parte do acompanhamento sistemático dos estudantes.

1.2 A perspectiva de tempo e espaço

A dimensão de tempo e espaço na escola é determinada conforme a organização de cada instituição de ensino e se estabelece entre 40 ou 50 minutos conjugados, com tempo para recreação, tempo para leitura, e para alimentação escolar. O espaço escolar precisa ser compreendido para além de um espaço planejado e exclusivamente formal, haja vista que os atores sociais envolvidos no processo de aprendizagem têm ações diversificadas e subjetividades plurais.

Portanto, o espaço da escola tem que ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete aspectos múltiplos, que vão além da perspectiva educativa. Nesse bojo, deve se valorizar discursos, comportamentos e sociabilidades que o currículo pode expressar de maneira significativa.

As experiências sociais no ambiente escolar, podem favorecer essa reorganização, tendo como base o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade de ensino. Por conta de todos esses fatores, os Ciclos têm sido considerados como reais desafios para todos os profissionais da educação do Distrito Federal, uma vez que rompe com o sistema de seriação curricular.

Conforme publicação da Secretaria de Educação do DF, nessa nova organização e ordenação curricular em Ciclos, o espaço e o tempo são mais flexíveis, para que possa favorecer o trabalho pedagógico diversificado e integrado, base para todo sistema de ensino democrático que ao acolher a comunidade (diferentes classes sociais) deve respeitar os ritmos de aprendizagens de cada aluno.

Paralelo a essa proposta curricular deve-se considerar a importância de uma concepção de educação escolar obrigatória, organizada por todo o coletivo da instituição escolar, tanto a equipe gestora quanto a pedagógica, além de professores e responsáveis por estudantes, para que o tempo e o espaço efetivamente garantem aprendizagem significativa.

Nessa configuração não se pode perder de vista a Coordenação Pedagógica, posto que é um espaço privilegiado de discussão e desenvolvimento da colegialidade, e que focaliza o planejamento, acompanhamento e avaliação das estratégias pedagógicas previstas para todos os Ciclos.

Esta pesquisa não entra no parâmetro comparativo entre o modelo curricular anterior e o atual, nem muito menos faz qualquer tipo de defesa. No entanto, o referencial teórico com mais informações sobre o Currículo em Movimento defende suas prerrogativas, embora reconhecendo que todas as práticas educativas comportam vantagens e desvantagens, possibilidades e fragilidades distintas.

A linha educativa orientadora do Currículo em Movimento corresponde à proposta de Educação Integral, ou seja, é essa proposta da integralidade que orienta a flexibilidade de currículo. A nova orientação parte da ideia de que a organização da Educação Básica no Brasil estava ultrapassada por disponibilizar somente a seriação. (SEEDF, 2012).

No entanto, a educação pública, destacadamente no Distrito Federal dispõe da organização curricular em Ciclos, como forma de romper com a reprodução social que as escolas reforçavam, e que refletiam exclusão. Portanto, a nova proposta se baseia na percepção de que é possível reduzir as diferenças, como também respeitar a capacidade de aprender de cada aluno, conforme seu próprio ritmo. (BARRETO & MITRULIS, 1999)

1.3 O processo avaliativo nos Ciclos de Aprendizagens

A progressão continuada está inserida na organização escolar em Ciclos, e demanda acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos, posto que o processo avaliativo é realizado permanentemente. Esta nova perspectiva busca superar o mito da reprovação, que não é mais considerado como garantia de bom desempenho, nem como reflexo de qualidade de ensino. Portanto, a progressão continuada pode ser praticada por meio de alguns mecanismos, tais como:

- Reagrupamentos de estudantes ao longo do ano letivo – levando em conta as suas necessidades de aprendizagens, de modo que eles possam interagir com diferentes professores e colegas.
- Avanço dos estudantes de um Ciclo a outro durante o ano letivo, se os resultados da avaliação assim permitirem.

Conforme discussão fica evidente que a proposta de organização escolar em Ciclos de Aprendizagens de fato exige mudança nos processos avaliativos, haja vista que avaliar não se restringe mais ao ato simbólico de aprovar

ou reprovar. Ao contrário, o seu papel é promover o progresso contínuo das aprendizagens dos estudantes.

A perspectiva avaliativa nessa configuração pedagógica tem caráter progressista e democrático no interior da sala de aula, e por extensão, no ambiente escolar como um todo. Por esta razão, o tempo e o espaço destinado à organização do trabalho pedagógico, que envolve a Coordenação coletiva, a avaliação institucional e os Conselhos de Classe assumem um viés político e didático, ao permitir ações cujas concepções educativas condizem com a organização escolar em Ciclos.

Outro aspecto a considerar em relação ao 4º Ciclo – Semestralidade é que esta proposta educativa busca trabalhar o multiletramento, que implica no reconhecimento do pluralismo cultural e semiótico (diversas linguagens) na escola. O multiletramento focaliza duas mudanças relevantes, uma é a importância atribuída à diversidade linguística e cultural e a outra é a influência das novas tecnologias.

Com relação aos objetivos das aprendizagens em Ciclos, o documento da SEEDF (2012) destaca os seguintes propósitos:

- Reduzir os índices de reprovação e evasão escolar;
- Tornar mais efetiva a relação professor/aluno;
- Garantir qualidade de ensino; e
- Aumentar o tempo escolar dos alunos.

Esses aspectos buscam seguir as diretrizes da SEEDF que ressalta a etapa do 2º Ciclo como uma organização específica, onde o tempo e o espaço escolar deverão atender aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, com uma pedagogia diferenciada, e que se desenvolve através do trabalho coletivo, de modo a garantir a progressão dos alunos.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

Para alcançar objetivamente resultados satisfatórios, toda pesquisa deve se valer de uma metodologia, independente do tema e da abordagem escolhida pelo pesquisador. Nesse sentido, este estudo utiliza o método de abordagem qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2003) permitem o aprofundamento teórico do tema, através de fontes primárias, secundárias e eletrônicas.

A fonte primária diz respeito aos trabalhos originais, ou seja, obras que são publicadas pela primeira vez, como por exemplo: relatórios técnicos, levantamentos científicos e anais de congresso.

As fontes secundárias são trabalhos não originais que basicamente citam, revisam e interpretam textos originais, como por exemplo, artigos de revisão bibliográfica, enciclopédias, textos de divulgação de resultados de pesquisas exploratórias, dentre outras.

As fontes eletrônicas fazem parte do processo metodológico de pesquisa desde a década de 90, quando começaram a disponibilizar *sites* acadêmicos, com o intuito de registrar e tornar público as discussões teóricas de trabalhos científicos realizados pelos discentes e docentes das universidades e faculdades brasileiras.

Portanto, através de plataformas temáticas, mantidas por instituições de pesquisas é possível conseguir coletar dados e informações, que diariamente são atualizadas, a ponto de terem adquirido *status* de bibliotecas virtuais, contribuindo com o conhecimento acadêmico dos pesquisadores, que a princípio formulam a pergunta (problematização), e lançam a expressão de busca que possibilita a procura de trabalhos relativos ao tema estudado (MARCONI e LAKATOS, 2003).

2.2 Sujeitos da pesquisa

São 5 professores do Ensino Fundamental, que corresponde ao 2º Ciclo de Aprendizagem, e que atualmente desenvolvem atividades pedagógicas e educativas na Escola Classe do Cruzeiro, junto a estudantes com faixa etária entre 6, 7 e 8 anos – Ensino Fundamental I.

2.3 Coleta de dados

Esta pesquisa tem como recurso de coleta de dados, o questionário, que foi aplicado com perguntas semiabertas junto a cinco professores do Ensino Fundamental, como forma de verificar se os educadores estão compreendendo a nova metodologia de ensino concernente ao Ciclo, e, concomitantemente, os aspectos avaliativos e interativos que contemplam essa nova configuração educativa.

Segundo Lakatos (2003) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador. Uma das vantagens desse recurso é não expor o sujeito à influência do pesquisador.

2.4. Universo da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa de campo, foram coletadas informações na Escola Classe do Cruzeiro que atende alunos do Ensino Fundamental I – séries iniciais – BIA, na faixa etária entre 6, 7 e 8 anos.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A análise de resultados evidencia as respostas e ponto de vista do grupo pesquisado, de modo a não manifestar inferências ou interpretações que distorçam o pensamento de quem participou da pesquisa, ou seja, deve ser uma escrita imparcial e com objetividade. (LAKATOS, 2003).

Portanto, a análise de conteúdo conforme Trivinos (1987) se caracteriza por buscar uma apreensão de significados interligando ao contexto pesquisado e delimitando a abordagem conceitual (teorias), destacando sistematicamente os fatos, as ideias, as representações e os discursos dos sujeitos que participaram do estudo acadêmico.

Nesse sentido, o pesquisador não pode abrir mão das interpretações e reflexões dos pontos críticos. Evidentemente, que nessa perspectiva deve ser ressaltada a percepção dos sujeitos, as informações coletadas, a descrição dos fenômenos estudados, sem perder de vista os elementos metodológicos da pesquisa. (TRIVINOS, 1987)

- **Opinião do educador sobre a redução de reprovação**

O primeiro questionamento buscou verificar a concepção dos professores em relação à maneira como se avalia os estudantes no 2º Ciclo. 4 professoras comentaram que os Ciclos não admitem a retenção, nem a reprovação oficial. “Esse aspecto é negativo para os alunos, pois eles continuam com as mesmas dificuldades de aprendizagem”, o que implica dizer que eles vão para a série seguinte, independente de alcançarem a expectativa exigida, além disso, “com um diagnóstico de escolaridade em aberto”, ou seja, inconcluso. Uma professora deixou a pergunta em aberto.

De acordo com as diretrizes didáticas estabelecidas pela SEEDF, no 2º Ciclo – Anos iniciais – a pedagogia é diferenciada, e a avaliação deve ser diagnóstica (identificar as habilidades e dificuldades dos alunos buscando adequar as atividades conforme a desenvoltura e o perfil de cada um), formativa (respeitar as potencialidades e as características cognitivas, considerando a realidade social, cultural e outras dimensões de cada aluno) e processual (no decorrer do semestre letivo). Desse modo, a pedagogia em Ciclos deve obedecer ao critério da progressão.

Conforme a SEEDF (2012), a progressão continuada é um recurso pedagógico que está associado à avaliação, possibilitando o avanço contínuo dos alunos, de modo que não fiquem presos a um grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo.

- **Compreensão do sistema educativo Ciclos de Aprendizagens**

Com relação à compreensão desse novo sistema de ensino (Ciclos), 3 educadoras afirmaram que essa organização curricular foi compreendida somente em parte, “há muito que estudar e verificar o que realmente implica o Ciclo no Ensino Fundamental”. Além disso, elas comentam que é preciso tempo e muita prática, para realmente entenderem a pedagogia dessa aprendizagem, uma vez que não concordaram com esse modelo de ensino, “que foi passado para nós de forma política, onde só interessa número de alunos”.

Conforme Villas Boas (2010, p. 9) na organização escolar em Ciclos, os tempos escolares não são rígidos e definidos linearmente, o que importa é pensar a necessidade de aprendizagens contínuas de todos os estudantes. Por esta razão, os alunos se movimentarão dentro de cada Bloco, que inicia com o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA).

Portanto, embora os estudantes tenham uma referência de turma e de educadores, não precisam necessariamente ficar restritos às atividades pedagógicas em suas turmas ou anos de escolaridade, ou seja, existe mobilidade no sentido de permitir que os alunos se movimentem de uma turma à outra, e até mesmo de um ano ao outro, no decorrer do ano letivo.

- **Mudanças que o Ciclo de Aprendizagem provocou nos Anos Iniciais**

Quando foram indagados sobre as mudanças que os Ciclos de Aprendizagem provocaram no Ensino Fundamental, mais precisamente no bloco que contempla alunos entre 6, 7 e 8 anos, 4 professoras disseram que o tempo na escola aumentou, essas horas a mais “conscientizou os professores a iniciarem conteúdos mais pertinentes, além de incentivar os pais a matricularem mais cedo os seus filhos. Outro aspecto positivo sobre as mudanças que os Ciclos provocaram é a prática dos alunos, “pois a orientação é colocar em prática o que se aprende”. Uma professora não respondeu.

O documento da SEEDF (2012) ressalta que o tempo nas séries iniciais deve ser mais extenso, se possível, uma hora a mais de ensino, e reforço escolar em horário contrário, uma vez que os eixos do Ensino Fundamental passaram a ser integradores – letramento, alfabetização e ludicidade. Portanto, o trabalho pedagógico é diversificado, com projetos interventivos, que sejam capazes de associar a teoria, a prática e o caráter das vivências sociais.

As professoras demonstraram dificuldade em pontuar algumas mudanças, dentre elas, destaca-se os reagrupamentos, que se concebe como uma proposta curricular que segue a diretriz da educação integral, portanto, os reagrupamentos se baseiam na diversidade e no desenvolvimento das capacidades cognitivas, configurando a valorização das relações interpessoais e da inserção social. (SEEDF, 2012)

- **Opinião sobre aspectos positivos do 2º Ciclo**

No que diz respeito à sua opinião sobre se existe elementos positivos dessa aprendizagem para os alunos, uma educadora não respondeu, 2 afirmaram que sim, uma comentou que em parte, e outra pontuou que não.

Evidencia-se que esse novo sistema de ensino não está sendo bem compreendido e nem está sendo satisfatório para essas educadoras, uma vez que na oportunidade de manifestarem aspectos relevantes, as duas que disseram ser positivo, não souberam comentar os fatores que justificaram a resposta favorável a esse tipo de aprendizagem.

- **A carga semanal destinada aos anos iniciais**

Sobre a carga semanal de aulas, uma professora disse que muitas determinações do Ciclo de Aprendizagem são elaboradas por pessoas que nunca tiveram em sala de aula, 3 colocaram que há autonomia para adequar o currículo, ou seja, cada educador pode desenvolver o conteúdo, sem necessariamente seguir com rigor a carga horária estabelecida, “assim a aprendizagem se torna de acordo com as necessidades de cada aluno”.

A dimensão do tempo tomou nova configuração, conforme a Secretaria de Educação, a dimensão temporal, que tem relação com a carga horária, define cinco horas de aula, sendo: 40 ou 50 minutos conjugados; tempo para a recreação, tempo para a leitura, tempo para a alimentação escolar.

O espaço escolar também é uma prerrogativa bastante discutida pelos teóricos, pois o espaço da escolarização tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade e de determinados discursos, o que implica dizer que é um elemento significativo, por permitir experiências de aprendizagens valorativas, tanto sob o ponto de vista didático, quanto sob o ponto de vista humano e social.

- **Estratégias de ensino desenvolvidas**

Uma professora destacou que a Escola Classe do Cruzeiro está desenvolvendo o Projeto Vivência, cuja diretriz é verificar a necessidade pedagógica dos grupos de alunos e orientá-los no sentido de serem participativos, com o apoio de um teste de psicogênese. Uma professora não respondeu e 3 disseram com a gestão da escola reforça sempre a realização de projetos coletivos, cuja abordagem inclui o meio ambiente e as tecnologias.

Embora as educadoras não tenham descritos quais tipos de atividades desses projetos, a orientação da Secretaria de Educação é que sejam interventivos, o que implica dizer que os professores devem desenvolver coletivas em grupos, considerando a idade e a série, de modo a despertar nas crianças, as práticas sociais solidárias e politicamente conscientes, para que o ensino não fique restrito somente à teoria da sala de aula.

- **Os Ciclos nas Coordenações pedagógicas**

Duas professoras afirmaram que “em parte” ocorre discussão coletiva sobre o andamento das atividades didáticas conforme as diretrizes dos Ciclos de Aprendizagens. Três educadoras comentaram que no início do ano letivo houve muitas discussões sobre essa nova forma educativa, com destaque para os reagrupamentos. No entanto, em função de muitas questões com ocorrem no dia a dia da escola, as Coordenações acabam privilegiando outros aspectos.

Os reagrupamentos, de acordo com a SEEDF (2012), diz respeito à organização de alunos que têm idade e série compatíveis, para desenvolverem atividades pedagógicas considerando o caráter dos projetos coletivos, para contribuir com a progressão dos mesmos, de uma série para outra.

A Secretaria de Educação (2012) ressalta nas suas diretrizes, que a Coordenação Pedagógica coletiva é um espaço privilegiado por permitir a reorganização e o debate em relação ao trabalho escolar desenvolvido por todos os profissionais.

Nesse sentido, a partir das informações colocadas ao longo dos encontros semanais, a partir dos dados da avaliação diagnóstica e processual, a equipe pedagógica organiza e reorganiza as estratégias pedagógicas de intervenção, na perspectiva de uma pedagogia diferenciada, por envolver propostas interventivas, que podem ser desenvolvidas no laboratório de informática ou na sala de leitura, considerando a parte diversificada do currículo, e tendo como suporte, a equipe de apoio, composta pelo Serviço Especializado de Atendimento ao Aluno (SEAA), Serviço de Orientação Educacional (SOE) e pela Sala de Recursos.

Todos os pressupostos colocados partem da publicação oficial da Secretaria de Educação do Distrito Federal, uma vez que a pesquisa procurou compreender quais as estratégias inovadoras desta nova metodologia de ensino. Nesse sentido, todas as escolas do DF devem seguir essas diretrizes, uma vez que elas constituem o Currículo da Educação Básica, e determinam que as instituições de ensino públicas elaborem suas propostas curriculares com autonomia, mas sem perder de vista a integração e a flexibilização.

Implica dizer que as estratégias e propostas devem ser planejadas coletivamente, considerando os mais variados procedimentos de avaliação da aprendizagem, resguardando os ritmos diferenciados e a heterogeneidade, as características dos processos humanos educativos, processos contínuos de compartilhamento de experiências, saberes e de reflexão conjunta, valorizando a evolução e o desenvolvimento de cada aluno, e de cada turma.

- **Ponto de vista pessoal e profissional em relação ao ensino nos Ciclos**

Essa foi a única pergunta que consagrou resposta unânime por parte das 5 professoras. Portanto, todas disseram que a realidade da escola não tem oferecido condições efetivas para realizar as diretrizes pedagógicas dos ciclos. Além disso, ressaltaram que a realidade dos alunos acaba comprometendo o desenvolvimento de algumas atividades.

Destacaram que “infelizmente a preocupação do governo é com o quantitativo de alunos e não com a qualidade do ensino”. Essa opinião se refere à progressão de estudantes, uma vez que a reprovação não é permitida, e a evasão escolar tem sido uma preocupação constante, no sentido de reduzir os índices negativos que o Distrito Federal apresentou no Censo Escolar de 2011, registrando a segunda maior taxa de reprovação do Brasil.

Por esta razão o documento da SEEDF (2012) destaca que é preciso realizar o enfrentamento das fragilidades que as escolas apresentam, rompendo com as barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais “que segregam as escolas e distorcem as possibilidades de aprendizagem dos alunos, são justamente as escolas com maior índice de pobreza que apresentam os piores resultados”.

Se a alternativa dos Ciclos de Aprendizagem está sendo bem sucedida ou não, o fato é que a Secretaria de Educação busca alternativas e novas estratégias pedagógicas para a aprendizagem, embora, conforme as respostas das educadoras, essas diretrizes ainda não estejam claras para elas, nem os reais objetivos, seja sob o ponto de vista do ato de aprender, e do ato de avaliar.

De todo modo, os Ciclos de Aprendizagem substituíram a seriação convencional e adotou a progressão continuada, se respaldando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), que no seu artigo 24 ressalta que progredir o aluno de uma série à outra é organizar e conduzir a escola, de modo que cada estudante desenvolva seu trabalho escolar, de acordo com o que lhe é adequado,

reconhecendo o erro como elemento de compreensão das elaborações conceituais do aluno, e permitindo resolução de problemas de caráter latitudinal, observadas pelo professor, pelas equipes pedagógicas e de apoio de cada escola.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa abordou uma nova organização de ensino, também considerado como um novo sistema educativo, denominado de Aprendizagem em Ciclos, que foi adotado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal no ano de 2013, e tem sido motivo de muita discussão, debates, discordâncias e unanimidades, dependendo do ponto de vista dos profissionais da educação.

Considerando a análise de discussão, respaldada numa abordagem qualitativa, pode-se afirmar que os resultados foram satisfatórios, haja vista que foram enfatizados os aspectos relevantes condizentes com a implantação dos Ciclos de Aprendizagem na rede de ensino público do Distrito Federal, foram discutidas as características do 2º Ciclo de aprendizagens que corresponde aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e buscou-se compreender os Ciclos enquanto reorganização curricular, apontando os aspectos didáticos, interativos e avaliativos dos Ciclos, sem perder de vista a proposta dos Projetos Interventivos.

É indiscutível a relevância e repercussão que esta nova proposta pedagógica tem provocado no sistema de ensino do Distrito Federal, que redimensionou a organização curricular das escolas da Educação Básica, definindo como eixos de aprendizagens a alfabetização, o letramento e a ludicidade, buscando oferecer um ensino com menor índice de reprovação e evasão escolar, associando a teoria com as práticas sociais.

Infere-se, conforme as falas dos sujeitos pesquisados que é preciso muita discussão e debates sobre essa nova dimensão curricular, uma vez que as professoras disseram não ter compreendido os Ciclos efetivamente. Ademais, a forma de avaliar é ponto de discórdia, haja vista que as professoras consideram um erro a progressão sem critério significativo, posto que a preocupação seja somente reduzir o índice de reprovação.

Portanto, a pretensão foi contribuir com os estudos sobre a educação, especificamente sobre o processo educativo do Distrito Federal, que se fundamenta no currículo em movimento, e propõe como objetivo, enfrentar as fragilidades que as escolas vêm apresentando, e que passam pelas barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais. Certamente, se esses aspectos forem realmente combatidos, o ensino terá condições de garantir a essas crianças, uma cidadania plena, conforme pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. S. & MITRULIS, E. **Os ciclos escolares**. Faculdade de Educação da USP. Cadernos de Pesquisa, nº 108, Nov, 1999.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: PARECER Nº 20/2013-CEDF Processo nº 084.000044/2013: <http://www.conselhodeeducacao-df.com.br/documentos/pareceres/Pareceres%20de%202013/020-2013-CEDF-CICLOS%20%20EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

FERNANDES, C. O. **A escolaridade em Ciclos**: Práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica. Tese de Doutorado pela PUC do Rio de Janeiro, 2003.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

LAKATOS, E. M. **Metodologia em pesquisa científica**. SP: Atlas, 2003.

Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs. Brasília, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://moodle.mec.gov.br/unb/mod/lesson/view.php>.

Projeto Político Pedagógico (PPP – Escola Classe do Cruzeiro). Brasília, 2014.

RIBEIRO, Sérgio. **A pedagogia da repetência**. Revista de Estudos Avançados, v. 5, nº 12, 2001.

Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial (BIA). Brasília: SEEDF, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/GDF: Caderno de perguntas e respostas: Roteiro para discussão dos ciclos de aprendizagem. 2º. Ciclo de Aprendizagem – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 2013
http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/ciclos/2ciclo.pdf

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. SP: Atlas, 1987.

VILLAS BOAS, B. M. **Projeto de intervenção na escola**. Campinas: Papyrus, 2010.

APÊNDICE – A
Questionário Professor

1) Em sua opinião os Ciclos de Aprendizagem da SEEDF tem conseguido reduzir o índice de reprovação e evasão em sua escola:

() Sim () Não

Por que:

2) A implantação desse novo sistema de ensino (Ciclos) foi compreendida pelos professores do Ensino Fundamental:

() Sim () Não

Por que:

3) Comente sobre a mudança que os Ciclos provocaram no que compete ao ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I, mais precisamente no Bloco Inicial de Alfabetização – BIA – que contempla alunos entre 6, 7 e 8 anos:

4) A avaliação dessa modalidade de ensino (2º Ciclo/BIA) passou por mudança de critério:

5) Esse modelo curricular é positivo para os estudantes:

() Sim () Não

6) Quais estratégias de ensino e aprendizagem estão sendo trabalhadas na sua escola:

7) Nas Coordenações Pedagógicas o BIA é pauta de discussão:
